

**CONJUNTURA**

# Deflação pelo 2º mês seguido

Combustíveis derrubam o IPCA de agosto. Mas, para economistas, esse resultado não deve se sustentar a longo prazo

» RAPHAEL PATI\*



**Não é porque tivemos dois meses com deflação que o controle inflacionário está perfeito. Essa inflação vai voltar à sua rotina normal quando superar essa deflação, digamos, quase que administrada"**

**Antônio Carlos Alves dos Santos, professor da PUC-SP**

"Se voltarem os impostos, a gente fala de uma coisa em torno de R\$ 0,80 de aumento. E assim pode ter uma inflação, caso o preço do barril de petróleo no mercado internacional não caia", adverte.

A redução do preço dos planos de telefonia fixa e móvel também foi outro fator que impulsionou a deflação de agosto. De acordo com o IBGE, o grupo "Comunicação" teve queda de -1,10% no mês passado. Os planos de telefonia fixa no período tiveram saldo negativo de -6,71%, e os de telefonia móvel, de -2,67%.

**Alimentos**

Outro destaque da pesquisa foi a desaceleração do grupo de alimentos e bebidas, que passou de uma alta de 1,30% em julho para 0,24% em agosto. Segundo o IBGE, houve uma queda no preço do leite longa vida, que em julho teve um aumento de 25,46% e, em agosto, recuou 1,78%. Outros itens que caíram de preço: tomate (-11,25%), batata inglesa (-10,07%) e óleo de soja (-5,56%).

No sentido inverso foram queijo (2,58%) e frutas (1,35%). Já o frango em pedaços assustou: disparou 2,87%, resultado que, segundo Aurelio Troncoso, economista e coordenador do Centro de Pesquisas do Mestrado da Unialfa, é consequência do aumento da demanda pelo alimento. "Como a carne bovina está muito cara, as pessoas optam pelo frango", explica.

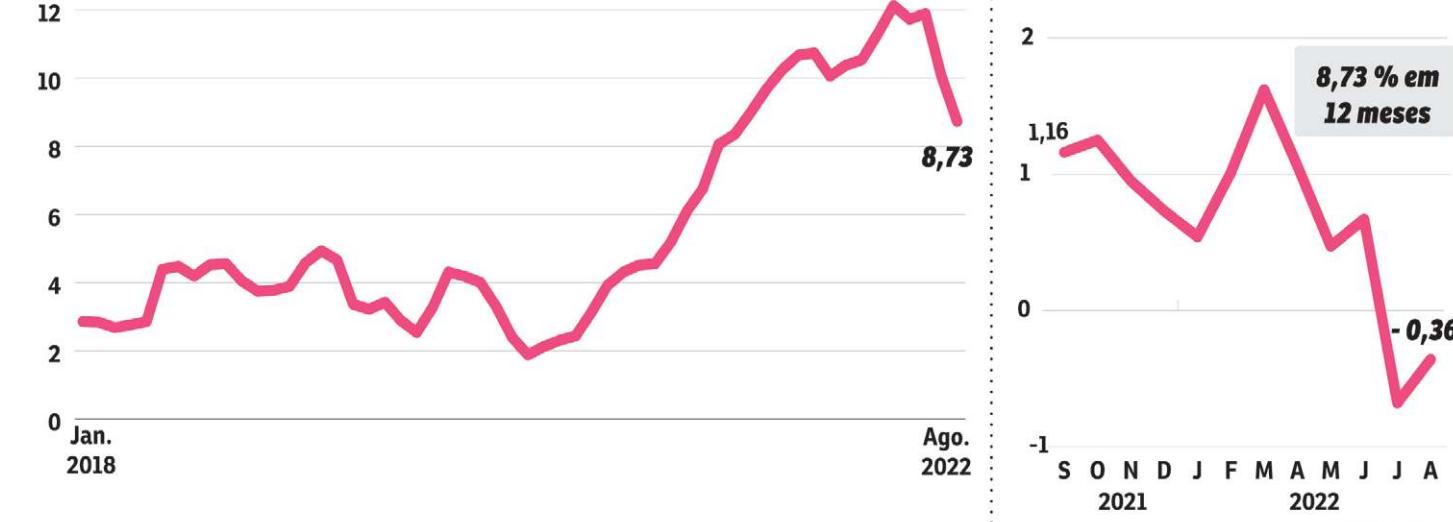
\* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

— como a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) e a Federação Brasileira dos Hospitais (FBH).

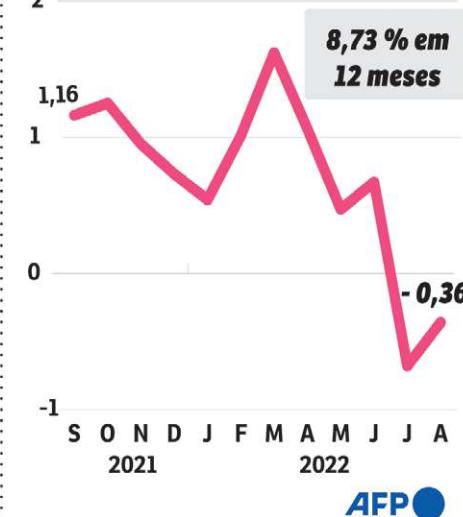
O ministro relator se posicionou pela manutenção e levou em consideração três fatos justificados pelas instituições que impetraram a ADI: a situação financeira de estados e municípios e os riscos de insolvência; a empregabilidade, por causa das alegações de demissões em massa; e a qualidade dos serviços de saúde, devido ao risco de fechamento de leitos e de redução nos quadros de enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No voto, Barroso defende a análise do tema, mas aponta dificuldades. "As questões constitucionais postas nesta ação são sensíveis. De um lado, encontra-se o legítimo objetivo do legislador de valorizar os profissionais de saúde, que, durante um longo período de pandemia, foram exigidos até o limite de suas forças. De outro lado, estão os

## Trajetória da carestia

**VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES, EM %**

Fonte: IBGE

**EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO MÊS ANTERIOR (EM %)**

APP

## Veículos têm a maior produção em 21 meses

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Em agosto, 238 mil automóveis saíram das linhas de montagem

que em agosto de 2021. Nos oito primeiros meses do ano, as montadoras venderam para o exterior 335 mil, crescimento de 32,2%.

O levantamento mostra, ainda, que as fábricas abriram 255 vagas em agosto, fechando o mês com 104,2 mil empregados. Em 12 meses, 1,1 mil postos foram criados.

Citando a alta dos juros, além de impactos associados à Copa do Mundo e às eleições, a direção da Anfavea manifestou "otimismo moderado" em relação às vendas até o final do ano. Durante a apresentação dos resultados do mês passado, o presidente da entidade, Márcio de Lima Leite, observou que, além da alta dos juros nos financiamentos de veículos para perto de 30% ao ano, as vendas a prazo estão sendo feitas com entradas de 60% — ou seja, os bancos aceitam financiar 40% do automóvel. "É algo pesado. Aqueles consumidores que dependiam de crédito deram um passo para trás porque houve maior restrição", observou.

**Exportação**

As exportações seguiram subindo, somando 46,8 mil veículos no mês passado, 58,9% a mais do

consegundo entregue mais carros para os clientes frotistas, especialmente as locadoras de carros, o que permitiu em agosto o melhor resultado em vendas dos últimos 20 meses.

Na soma de todas as categorias, 208,6 mil veículos foram vendidos no mês passado, com

alta de 20,7% frente ao número de um ano antes e de 14,6% em relação a julho.

**Leilões: cláusula divide o risco**

## ENFERMAGEM

# Piso da categoria tem dois votos contra

» MICHELLE PORTELA

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para manter suspensa a Lei 14.314/2022, que criou o piso salarial dos profissionais da enfermagem. Foi no julgamento virtual da matéria, que começou ontem, e que segue até o dia 16 — a menos que haja pedido de vista ou desabafo (para forçar julgamento presencial), o que retardaria uma decisão. O segundo a votar foi Ricardo Lewandowski, que também se manifestou contrariamente à lei.

Barroso é o relator da ação e responsável por suspender, imediatamente, a legislação por 60 dias até que entes públicos e privados se manifestem sobre os impactos econômicos de concederem o reajuste previsto. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222 foi apresentada pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) em conjunto com outras entidades

— como a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) e a Federação Brasileira dos Hospitais (FBH).

O ministro relator se posicionou pela manutenção e levou em consideração três fatos justificados pelas instituições que impetraram a ADI: a situação financeira de estados e municípios e os riscos de insolvência; a empregabilidade, por causa das alegações de demissões em massa; e a qualidade dos serviços de saúde, devido ao risco de fechamento de leitos e de redução nos quadros de enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No voto, Barroso defende a análise do tema, mas aponta dificuldades. "As questões constitucionais postas nesta ação são sensíveis. De um lado, encontra-se o legítimo objetivo do legislador de valorizar os profissionais de saúde, que, durante um longo período de pandemia, foram exigidos até o limite de suas forças. De outro lado, estão os

Nelson Jr./SCO/STF



Barroso manteve no voto os princípios da liminar que concedeu

**Negociações**

Enquanto o STF analisa a matéria, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenta negociar com o governo uma fonte de recursos para cobrir as despesas geradas pelos novos valores do piso — a verba sairia possivelmente do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele teve uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a questão, mas não se chegou a um consenso.

A Lei 14.314/2022 foi aprovada pelo Congresso e sancionada em 4 de agosto pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Estabelecendo o piso salarial de R\$ 4.750 para enfermeiros, além de 75% desse valor para técnicos de enfermagem e de 50% a auxiliares e parteiras.

Em 10 de agosto, porém, a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) ingressou com a ADI 7.222, assinada também por outras sete entidades e com apoio de 10 interessadas na causa. União, Senado e Câmara defendem a constitucionalidade da nova regra.

## INFRAESTRUTURA

# Leilões: cláusula divide o risco

O governo estuda incluir nos contratos das próximas concessões rodoviárias uma cláusula que prevê o compartilhamento de risco de demanda do operador privado com a União. Segundo técnicos da equipe econômica, a medida tem potencial para reduzir em até 22% o valor da tarifa de pedágio. Pela proposta em estudo no Ministério da Economia e apresentada ao Ministério da Infraestrutura, os contratos devem prever revisões periódicas, a cada quatro ou cinco anos, para avaliação dos efeitos econômicos, financeiros e de tráfego nas rodovias. Se a demanda de veículos projetada nos editais não for atingida, a ideia é de que a concessionária possa suspender o cronograma de obras previstas. Atualmente, o risco de demanda das concessões rodoviárias é absorvido pelo operador privado. E os contratos não preveem mecanismos e gatilhos para mitigar os eventuais efeitos de uma demanda superdimensionada.